

Adaptar-se aos novos tempos, o desafio

por Flávio Rogério Troyano
de Brasília

A nova política industrial proposta pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) e atualmente em debate entre os demais setores do governo e também na iniciativa privada nada mais é do que uma tentativa de adaptação deste setor da economia brasileira aos novos tempos, com a inflação a 117,3% e o barril de petróleo importado custando 36 dólares. Esta nova política pretende ser a resposta ao desafio colocado à sociedade brasileira — governo, empresários e aos cidadãos em geral — pelas dificuldades que enfrenta a economia mundial e seus reflexos aqui. É também uma opção da sociedade brasileira, que precisa escolher entre gastar ou poupar, andar de carro individual ou no transporte coletivo, consumir alimentos e bens de consumo importados ou conformar-se com o produto nacional. Esta definição é do ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, e representa com fidelidade o que o titular daquela Pasta pensa serem as saídas para o impasse econômico que o País está tentando superar, especialmente levando em conta que na década de 80 é preciso gerar cerca de 15 milhões de novos empregos, diminuir a dependência do petróleo importado e melhorar o perfil da balança comercial.

Para usar uma expressão cara ao ministro da Indústria e do Comércio, o Brasil atravessa uma fase de "turbulência", alguns setores vão sofrer inevitavelmente e o exemplo mais contundente é o da indústria automobilística e setores afins, como a indústria de autopartes. Esta constatação, entretanto, não autoriza conclusões pessimistas, na opinião de Camilo Penna, pois existem opções. Estas opções são representadas pelas prioridades definidas pelo governo: busca de alternativas energéticas ca-

pazes de substituir os derivados de petróleo, aumento da produção agrícola e ênfase no esforço exportador.

Os empresários que estiverem atentos e tiverem agilidade suficiente para orientar a produção das suas empresas no sentido das prioridades não terão razões para queixas, acredita Camilo Penna. Há poucos dias ele afirmava que as empresas voltadas para a exportação, especialmente aquelas que trabalham com produtos agrícolas, móveis de madeira, calçados, bens manufaturados destinados ao mercado externo, entre outras, terão bons resultados neste ano de 1981, independentemente do desaquecimento da economia a nível de mercado interno, do mesmo modo, aquelas indústrias que dependem de encomendas do mercado interno, mas que reorientaram suas atividades de modo a atender às prioridades, também se sairão bem. E exemplificou: equipamentos para mineração e prospecção de petróleo, máquinas e equipamentos para o setor agrícola, fabricação e montagem de destilarias de álcool foram alguns dos setores citados por Camilo Penna como capazes de apresentar bom nível de crescimento em 1981. Esta lista foi enriquecida pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), que acrescentou aí as indústrias ligadas à construção de equipamentos elétricos, da construção naval, computadores, suas partes e peças, além de equipamentos periféricos para a transmissão, armazenamento e análise de dados.

É inegável, entretanto, que a produção industrial caiu nos primeiros cinco meses deste ano, como mostra o levantamento feito pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Reconhecer esta evolução negativa, de acordo com o ministro da Indústria e do Comércio, não equivale a concluir por uma inevitável e drástica recessão da econo-

mia como um todo, com todas as mazelas sociais que compõem este quadro. As próprias dificuldades indicam os caminhos a seguir, e o MIC está trabalhando nisso.

Na área do CDI existe a preocupação com a criação de pólos médios de desenvolvimento em cidades do interior dos estados e, com a finalidade de evitar a pressão da emigração para as grandes cidades e ativar o desenvolvimento industrial de cidades ou regiões que apresentem condições razoáveis de infraestrutura, mão-de-obra e mercado para a produção. Pretende-se com isso evitar os gastos com transporte, especialmente enquanto o grosso da produção industrial brasileira for deslocado através de caminhões movidos a gasolina ou óleo diesel. Para este tipo de produção a orientação do CDI indica que os produtos deverão ser de qualidade, mas não sofisticados, o que se estende também às embalagens, que devem ser práticas, mas não luxuosas.

Este mesmo trabalho está sendo feito no setor da indústria de construção civil pela Comissão Nacional da Indústria de Construção Civil (CNICC), e a idéia é simplificar e padronizar os materiais e equipamentos usados na construção de casas, edifícios e obras públicas de apoio e saneamento, como pontes e galerias para escoamento de águas pluviais e esgotos. Segundo Almir Fernandes, presidente da CNICC, o estudo em andamento tem a finalidade de chegar a um número razoável de padrões para esquadrias, azulejos, equipamentos sanitários, além de tintas, vernizes e materiais de impermeabilização. O que acontece atualmente, explica, é que existe uma quantidade praticamente infinita destes materiais, contribuindo para elevar o custo das obras, uma vez que não é possível às fornecedoras da indústria da construção civil valerem-se dos benefícios da economia de es-

cala. Um mesmo tipo de azulejo, ou de ferragem, produzido em grandes quantidades, terá um custo menor do que vários tipos de azulejo produzidos em menor quantidade.

Esta concepção preside também os trabalhos do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), que estuda a simplificação do sistema de normas técnicas e padrões hoje vigentes no País, com a finalidade de baixar os custos de operação dos usuários e fixar regras mais simples, para que o público e as empresas possam satisfazer as exigências de controle e qualidade com menores gastos, menos perda de tempo e sem ter de ficar amarrado a uma burocracia muitas vezes perfeitamente dispensável.

Toda esta reorientação proposta ao setor industrial, entretanto, não depende apenas da aceitação do cidadão brasileiro e do empresariado nacional. O sucesso desta política depende muito da atitude dos maiores parceiros comerciais do Brasil, especialmente dos Estados Unidos. O ministro Camilo Penna tem-se indignado várias vezes com o que chamou de "discriminação norte-americana contra os esforços brasileiros para superar a crise". Especificamente, Camilo Penna acredita que terá pouco sucesso o esforço de reorientar o setor industrial nacional para a exportação de bens manufaturados, se os norte-americanos continuarem a impor vetos e taxas às exportações brasileiras para o mercado dos Estados Unidos. Da mesma forma, o desaquecimento da economia brasileira para combater a inflação não trará os resultados esperados, se os Estados Unidos continuarem usando a política monetária para combater a sua inflação interna, elevando as taxas de juro no seu mercado doméstico e também nos mercados internacionais, onde o Brasil precisa captar recursos para fechar o seu balanço de pagamentos.